



RESUMO

ANÁLISE DE METODOLOGIAS PARA ELABORAÇÃO DE INVENTÁRIO DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA EM EMPRESAS

AUTOR PRINCIPAL:

RONI MATHEUS SEVERIS

E-MAIL:

RMS_RONI@HOTMAIL.COM

TRABALHO VINCULADO À BOLSA DE IC::

Pibic CNPq

CO-AUTORES:

ÉRICA TESSARO DE JESUS

GILBERTO ROCCA DA CUNHA

ORIENTADOR:

JOSÉ MAURÍCIO CUNHA FERNANDES

ÁREA:

Ciências Agrárias

ÁREA DO CONHECIMENTO DO CNPQ:

AGROMETEOROLOGIA

UNIVERSIDADE:

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

INTRODUÇÃO:

A partir da Revolução Industrial em meados do século XVIII, o homem passou a fabricar em larga escala o que antes era produzido manualmente, causando impactos ao solo, à água e à atmosfera (AZEVEDO; et al, 2004). Até o século XX, maiores preocupações quanto aos danos ambientais causados eram pouco consideradas. No cenário atual, devido às previsões de aumento na temperatura média global, o controle das emissões de gases de efeito estufa (GEE) tem entrado na pauta das discussões no cenário internacional (GIDDENS, 2010).

Com o intuito de avaliar a sua responsabilidade com a questão das mudanças climáticas, o setor empresarial brasileiro tem dado atenção a programas que qualifiquem e quantifiquem as emissões de GEE para então, medidas de redução e prevenção serem tomadas. O presente trabalho teve como objetivo avaliar seis metodologias para a elaboração de inventário de emissões de gases de efeito estufa, comparando-as e indicando quais as mais adequadas para uma empresa agroindustrial.

METODOLOGIA:

A fim de realizar a avaliação de metodologias para elaboração de inventário de emissões de GEE para o setor empresarial escolhido foi realizada uma pesquisa bibliográfica tendo como base a cartilha Mudanças Climáticas e Sustentabilidade Corporativa, criada pela plataforma Empresas pelo Clima (EPC). Foram analisadas as seguintes metodologias: Programa Brasileiro GHG Protocol, Plataforma Empresas Pelo Clima (EPC), Carbon Disclosure Project (CDP), Global Reporting Initiative (GRI), Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e Índice Carbono Eficiente (ICO2), buscando-se levar em conta principalmente a sua aplicabilidade em cada situação avaliada de acordo com as especificidades da empresa em foco.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O GHG Protocol classifica as emissões em três escopos, e o setor do qual as emissões provêm determina qual a classificação delas. Este modelo é o mais utilizado no mundo todo, e no Brasil foi criada uma versão do programa voltada aos padrões brasileiros. Comparando-o com a Plataforma Empresas pelo Clima (EPC) e com o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), nota-se que no GHG Protocol Brazil há um direcionamento para a detecção da fonte de carbono de forma direta, por meio do consumo de energia elétrica e de combustíveis, geração de resíduos sólidos e efluentes; e indireta, através de processos da operação e viagens de trabalho; enquanto o EPC o ISE visam a capacitação dos gestores para terem uma visão mais ampla e sustentável em suas empresas, investindo em soluções ambientalmente corretas para posteriormente economizar dinheiro.

Os programas Índice Carbono Eficiente (ICO2) e o Global Reporting Initiative (GRI), procuram incentivar um modelo de gestão ambiental pareando as receitas da empresa com o quanto elas emitem de GEE, resultando em um grau de eficiência, que indica o quão rentável é a atividade desempenhada. Aliado a isso, o GRI propõe que a importância dada a estas receitas, seja tão grande quanto o conhecimento dos impactos que estes lucros causaram ao meio ambiente. Em relação ao Carbon Disclosure Project (CDP), o GHG Protocol Brazil não aponta a solução para a redução das emissões, apenas as quantifica, e o CDP cumpre este papel, acelerando e incentivando a criação de soluções destas questões por meio da publicação de relatórios de cunho político-financeiro.

CONCLUSÃO:

As ferramentas analisadas permitem a tomada de medidas mitigadoras e a implantação de projetos que visam a melhoria contínua das atividades desempenhadas. Realizadas as melhorias, a empresa pode ser avaliada por índices que mostrarão se as medidas tomadas atingiram os objetivos e a qualificará, gerando economia de dinheiro e reconhecimento público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AZEVEDO, Fausto Antonio de; CHASIN, Alice A. M. (Coord.) As bases toxicológicas da ecotoxicologia. São Carlos: RiMa, 2004. 322 p.

GIDDENS, Anthony. A política da mudança climática. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2010. 314 p.

Fundação Getúlio Vargas. Mudanças Climáticas e Sustentabilidade Corporativa: Oficina de trabalho da Plataforma Empresas pelo Clima. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2011.

Assinatura do aluno

Assinatura do orientador